

STJ00120604

JURACI
MOURÃO LOPES
FILHO

**OS PRECEDENTES
JUDICIAIS NO
CONSTITUCIONALISMO
BRASILEIRO
CONTEMPORANEO**

REVISTA E ATUALIZADA | QUARTA EDIÇÃO

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD

L864p Lopes Filho, Juraci Mourão

●s Precedentes Judiciais no Constitucionalismo Brasileiro Contemporâneo / Juraci Mourão Lopes Filho. -
4. ed. Indaiatuba, SP : Editora Foco, 2024.

416 p. ; 17 cm x 24 cm.

Inclui índice e bibliografia.

ISBN: 978-65-6120-122-3

1. Direito. 2. Direito constitucional. I. Título.

2024-1477

CDD 342 CBU 342

Elaborado por Vagner Rodolfo da Silva - CRB-8/9410

Índices para Catálogo Sistemático:

1. Direito constitucional 342
2. Direito constitucional 342

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO DA QUARTA EDIÇÃO.....	VII
PREFÁCIO.....	IX
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 2 - ANÁLISE DO QUADRO ATUAL DE USO DOS PRECEDENTES JUDICIAIS.....	7
2.1 O fortalecimento dos pronunciamentos jurisdicionais no Direito..	7
2.2 Razões teóricas para o fortalecimento dos pronunciamentos jurisdicionais: a busca nos precedentes da precisão, previsibilidade e segurança exegéticas perdidas.....	14
2.2.1 As grandes tradições jurídicas ocidentais	14
2.2.2 O Estado Legislativo e o positivismo exegético.....	18
2.2.3 A Crise do Estado Legislativo, o positivismo normativista e o realismo jurídico	22
2.2.4 Estado Constitucional, pós-positivismo e neoconstitucionalismo	38
2.3 Razões político-institucionais para o fortalecimento dos pronunciamentos jurisdicionais: tentativa de controle pela cúpula judiciária dos novos poderes jurisdicionais	51
2.4 Razões práticas para o fortalecimento dos pronunciamentos jurisdicionais: maior facilidade de acesso aos precedentes e a economia argumentativa causada	64
2.5 Razão legislativa específica: a edição do Código de Processo Civil de 2015	68
2.6 Os erros sobre precedentes no Brasil.....	79
2.6.1 Tomar ementa ou tese por precedente e aplicá-los por meio de um silogismo.....	79
2.6.2 Indicar que o constitucionalismo contemporâneo implica uma aproximação ao <i>common law</i>	88
2.6.3 Defender a ideia de que a vinculação dos precedentes é garantia de segurança jurídica enquanto previsibilidade	94
2.6.4 Tomar indistintamente precedente, súmula e jurisprudência	102

CAPÍTULO 3 – O QUE É PRECEDENTE.....	109
3.1 Os três níveis de análise: necessidade de compreensão dos precedentes por meio dos vários níveis do Direito para evitar um amestramento de juízes e operadores por um positivismo judicial de cúpula	109
3.2 A infraestrutura filosófica: Filosofia moderna X Hermenêutica filosófica	114
3.3 Nível das estruturas profundas: teoria e ideologia do precedente	125
3.3.1 Aspectos de definição: critério de distinção entre <i>ratio decidendi</i> e <i>obiter dictum</i>	136
3.3.2 Aspectos de definição: ponto de referência na decisão	145
3.3.3 Aspectos de definição: modal deôntico do precedente	151
3.3.4 Aspectos de definição: grau de abstratividade da norma jurisprudencial	157
3.3.5 Aspectos sistemáticos: estática sistêmica do precedente	163
3.3.6 Aspectos sistemáticos: dinâmica sistêmica do precedente	180
3.3.7 Aspectos sistemáticos: abertura/fechamento argumentativo.....	184
3.3.8 Aspectos pragmáticos: fonte/efeito da <i>ratio</i> de um precedente	185
3.3.9 Aspectos pragmáticos: método de argumentação	191
3.3.10 Aspectos pragmáticos: critérios para não se utilizar um precedente	192
3.3.11 Aspectos de justificação: critério de justiça	195
3.3.12 Aspectos de justificação: embasamento ideológico	197
3.3.13 O paradigma normativo: <i>judicial reference</i> e <i>judicial legislation</i>	198
3.3.14 O paradigma contextualista: <i>judicial exegesis</i> , <i>judicial analogy</i> e <i>judicial reevaluation</i>	204
3.3.15 O paradigma sistêmico: Dworkin e a incorporação da Hermenêutica filosófica	211
3.4 O referencial filosófico e teórico/ideológico adotado para estudo dos precedentes: Hermenêutica filosófica como infraestrutura adequada ao Direito como integridade e as estrutura em rede do sistema coerentista de precedentes	217
3.5 A concepção de precedente proposta	232
3.6 O nível superficial do Direito positivo: a contribuição prioritariamente formal para compreensão e estudo dos precedentes	236
3.6.1 Uniformização íntegra, estável e coerente	241
3.6.2 A observância do rol do art. 927	254
3.6.2.1 O que faz um pronunciamento jurisdicional constar no art. 927	254
3.6.2.2 O que se deve entender por “observar” o rol do art. 927	261
3.6.2.3 Inexistência de hierarquia entre os itens do art. 927: novas considerações sobre o sistema de precedentes	264

3.6.3	A tese do julgamento de casos repetitivos e do Incidente de Assunção de Competência	269
CAPÍTULO 4 – AS FUNÇÕES E O USO DO PRECEDENTE		277
4.1	A identificação de característica própria do precedente na <i>applicatio</i> para definir sua função principal no Direito.....	277
4.2	Função principal do precedente: enriquecimento hermenêutico do sistema jurídico	290
4.3	Função secundária do precedente: segurança jurídica como coerência sistêmica e integridade.....	300
4.3.1	Critérios a serem observados na obtenção da segurança como coerência sistêmica e integridade.....	309
4.3.2	Coerência sistêmica ampla: a consideração de precedentes extrajudiciais	319
4.4	Função secundária do precedente: igualdade como dever de impedir a desintegração e a hiperintegração do Direito.....	327
4.5	Função secundária do precedente: a economia argumentativa.....	335
4.6	Função contingencialmente agregada de gestão de acervo processual	338
4.7	O uso do precedente com suporte em sua função principal e a insuficiência da subsunção	340
4.8	O uso do precedente arrimado na determinação de sua força hermenêutica.....	352
4.9	Elementos formais de determinação da força hermenêutica do precedente.....	358
4.9.1	Nível hierárquico da corte emissora.....	359
4.9.2	Tipo de processo, recurso ou incidente em que se emitiu o precedente	360
4.9.3	Órgão interno do tribunal emissor.....	361
4.9.4	Votação por maioria ou unanimidade.....	362
4.9.5	Modificação da composição da corte emissora.....	363
4.10	Elementos materiais de determinação da força hermenêutica do precedente.....	364
4.10.1	Elementos materiais de justificação: fundamentação adequada e detida..	365
4.10.2	Elementos materiais de justificação: grau qualitativo e quantitativo de análise das questões de fato e de direito envolvidas.....	372
4.10.3	Elementos materiais de justificação: o ramo do Direito envolvido e o grau de complexidade da causa.....	373
4.10.4	Elementos materiais de justificação: a idade do precedente	374
4.10.5	Elementos materiais de coerência: coerência paradigmática ampla (observância do paradigma sistêmico-hermenêutico)	377
4.10.6	Elementos materiais de coerência: existência ou não de desafio ao precedente.....	377

4.10.7	Elementos materiais de coerência: similitude hermenêutica das questões suscitadas.....	378
4.10.8	Elementos materiais de coerência: guinada jurisprudencial e efeito <i>ex nunc</i>	379
4.10.9	Elementos materiais de coerência: observância a precedentes não judiciais.....	380
4.10.10	Elementos materiais de coerência: modificação do plano legislativo ou constitucional.....	381
4.10.11	Elementos materiais de coerência: modificação ou manutenção do quadro político e social geral	382
4.10.12	Elementos materiais de coerência: apoio ou desafio acadêmico.....	383
CAPÍTULO 5 CONCLUSÃO.....		385
REFERÊNCIAS.....		391